

**FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA ÉTICA E OS DESAFIOS PARA O PROJETO
ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL**

**SOCIO-HISTORICAL FUNDAMENTALS OF ETHICS AND THE CHALLENGES FOR THE
ETHICAL-POLITICAL PROJECT OF SOCIAL WORK**

José Carlos do Amaral Junior¹
Caroline Becher²

Resumo: Esse trabalho buscou discutir os fundamentos sócio-históricos da ética para o Serviço Social e de que maneira eles podem elucidar as possibilidades e limitações de efetivação do Projeto Ético-Político da categoria. Por meio de uma revisão de literatura analítica, foi possível perceber como a abordagem de ética teve modificações históricas pelo Serviço Social, apresentando uma mudança substancial a partir da inserção da Teoria Social Crítica. Nesse sentido, a ética rompeu com as perspectivas moralistas, metafísicas e utilitaristas para assumir um caráter instrumental, enquanto possibilidade de efetivação de um determinado projeto societário. No entanto, encontra-se constantemente ameaçada com as transformações da dinâmica do capital, que entre muitas contradições, também gestam aquelas que afetam diretamente a categoria e seus espaços sócio-ocupacionais. Por isso mesmo, é importante destacar a importância da ética enquanto constante nos processos formativos e interventivos da profissão, para que não se perca de vista sua capacidade mediadora e transformadora para a efetivação de um determinado Projeto Ético-Político.

Palavras-chave: Ética. Projeto Ético-Político. Instrumentalidade.

Abstract: This work sought to discuss the socio-historical foundations of ethics for Social Work and how they can elucidate the possibilities and limitations of implementing the Ethical-Political Project of the category. Through an analytical literature review, it was possible to see how the ethics approach had historical changes by Social Work, presenting a substantial change from the insertion of the Critical Social Theory. In this sense, ethics broke with the moralist, metaphysical and utilitarian perspectives to assume an instrumental character, as a possibility of realizing a certain societal project. However, it is constantly threatened by changes in the dynamics of capital, which, among many contradictions, also generate those that directly affect the category and its

¹ Assistente Social, Economista Doméstico e Historiador. Pós-Doutorado em Serviço Social e Política Social (UEL). Profissional de Nível Superior do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná IAPAR-EMATER (IDR-Paraná). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9983-4181>. E-mail: jcamaral1987@gmail.com.

² Assistente Social. Doutora em Serviço Social e Política Social (UEL). Profissional de Nível Superior do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná IAPAR-EMATER (IDR-Paraná). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1221-8707>. E-mail: karolbecher@hotmail.com.

socio-occupational spaces. For this reason, it is important to highlight the centrality of ethics as a constant in the training and interventional processes of the profession, so that its mediating and transforming capacity for the implementation of a specific Ethical-Political Project is not lost sight of.

Keywords: Ethics. Ethical-Political Project. Instrumentality.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho apresenta uma discussão teórico-metodológica sobre a ética enquanto instrumento mediador dos processos formativos e interventivos do Serviço Social. Dessa maneira, objetiva colocar o tema na perspectiva de efetivação do Projeto Ético-Político da categoria, um dos principais desafios que se apresenta atualmente.

Discutir ética no âmbito da profissão sempre remete, em maior ou menor grau, a um conjunto de princípios norteadores que devem ser seguidos pelos profissionais, sobretudo na perspectiva de articulação dos interesses da categoria, dos empregadores e dos diretamente afetados pelo agir da profissão. Esse conjunto normativo, comum em diversos campos profissionais regulamentados no Brasil, no entanto, não pode ser confundido no sentido restrito com a discussão ética em si mesma.

Os primeiros códigos de ética do Serviço Social apareceram somente algumas décadas depois de sua institucionalização no país, em 1965 e 1975, respectivamente, refletindo orientações internacionais de cunho tradicional e moralista (BARROCO, 2010). Esse movimento, que pode ser considerado tardio, demonstra que a ética apareceu primeiro nos debates da categoria no seio do conservadorismo, tomando forma em ações alinhadas ao moralismo e a perspectiva tomista amplamente difundida no Serviço Social (Op. cit.).

Note-se que, pelo caráter credencialista do sistema de ensino superior brasileiro – que forma profissionais regulamentados por lei para exercer funções específicas, geralmente também garantidas por um aparato legal protecionista (SCHWARTZMAN, 1982) – é comum que as diferentes categorias estabeleçam códigos de ética que, de distintas maneiras, busquem construir limites entre os profissionais, empregadores, usuários dos serviços, clientes etc. Essa concepção utilitarista, em que a ética aparece como mediadora das relações entre duas partes, surge historicamente como uma tentativa de colocar os interesses individuais e coletivos em contraste, principalmente em um mercado livre de força de trabalho em que

pesam objetivos conflitantes. Daí entende-se o comum apelo das discussões éticas enquanto sinônimos de “limites” de determinada ação profissional.

Os primeiros códigos de ética do Serviço Social, amplamente inspirados pelo humanismo tomista europeu, seguem em partes essa premissa e em partes a lógica que ainda tem herança no agir vocacionado (BARROCO, 2008). Tendo sua institucionalização ocorrido em proximidade com o aporte teórico-metodológico europeu, cuja influência da Igreja e das encíclicas papais se faz notável, o Serviço Social brasileiro surgiu com alicerces fortes na doutrina social católica, no humanismo cristão e na perspectiva da “entrega” e da filantropia (NETTO, 2011). Aqui, vale ressaltar, a ética remete mais à percepção metafísica-vocacional do que utilitarista, visto que refletindo mais os ideais da caridade cristã do que a necessidade de se forjar um acordo de interesses entre categorias. Lembrando que essa influência - da Igreja Católica - perdurou principalmente nas primeiras décadas de existência do Serviço Social no Brasil, fica fácil compreender porque os primeiros constructos da categoria em torno da ética assumiram formatos específicos.

Para o Serviço Social essa discussão aparece historicamente em um outro patamar dentro dos debates da categoria na medida em que se articula com todo o processo de renovação e reconceituação que tomou forma a partir dos anos 1980 e que hoje se apresenta como hegemônico para a área.

Na busca pela reconceituação por meio da apreensão da Teoria Social Crítica, a área passou a reestruturar diversas análises do seu agir profissional, incluindo-se aí uma leitura histórico-crítica de seus processos éticos. A ética passou a ser questionada para além de um código normativo, sobretudo após a realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, conhecido como “Congresso da Virada”, em que a categoria se posicionou coletivamente em favor dos interesses da classe trabalhadora, assumindo historicamente para si um posicionamento que é em sua base, ético-político. No decorrer da década de 1980 o amadurecimento profissional em torno dessa discussão, que seria objetivado mais tarde, nos anos 1990, ocorreria em duas formas substanciais: primeiro, acompanhando a virada política da categoria, os fundamentos éticos postos nos antigos códigos de ética da profissão (1965 e 1975) seriam questionados, coadunando com a construção de um documento substancialmente novo, o código de ética de 1986, revisto em 1993, mas não se restringindo exclusivamente a ele, visto que o debate alastrou-se por diversas frentes na medida em que era compreendido

como fundamental para uma renovação crítica do Serviço Social que deveria comportar um novo horizonte societário. Segundo, porque ocorreu simultaneamente a esse processo a construção de um debate acadêmico-teórico que daria forte subsídio a essas mudanças, tendo em Barroco (2008; 2009; 2010), na defesa de sua tese em 1997, a principal referência, cujo adensamento por meio da ontologia do ser social luckasciana, nas palavras de Netto (2008), retirariam o debate de uma posição secundária, trazendo-o para o conjunto de renovações que reverberariam com o amadurecimento profissional.

Dessa maneira, esse texto está organizado em duas seções distintas, a saber: (I) desenvolvendo, em um primeiro momento, como os fundamentos sócio-históricos da ética passam a integrar o debate profissional a partir da perspectiva da Teoria Social Crítica; e (II) discorrendo, posteriormente, sobre como o Serviço Social enfrenta na contemporaneidade desafios diversos em relação do Projeto Ético-Político da categoria, demonstrando como o debate da ética, sob a perspectiva crítica, integra um agir profissional multifacetado cujo norte é um novo horizonte societário.

Fundamentos sócio-históricos da ética: uma perspectiva ontológica

Quando Barroco (2008) se propôs, em sua tese de doutoramento defendida em 1997, a fazer uma incursão pela ética baseando-se na obra de Lukács, a autora buscou apreender, a partir de uma ontologia do ser social, a perspectiva do dilema ético que fosse compatível não só com a revisão metodológica pela qual o Serviço Social brasileiro passava, mas com uma teoria social imbuída no fazer profissional crítico.

Lukács, cujo projeto de ontologia do ser social é a última grande obra publicada, em face de sua morte em 1971, tinha um projeto de construir uma ontologia do ser social como o prelúdio necessário de uma Ética (TERTULIAN, 1995). Por isso, destaca o autor, a discussão ética aparece no curso da obra do teórico marxista, como o fio condutor para demonstrar a relação indivíduo e sociedade na construção de sua ontologia.

Para melhor dimensão da contribuição no campo do materialismo histórico-dialético, vale retomar alguns pontos centrais do autor. Lukács (2018) buscou construir uma ontologia do ser social a partir dos fundamentos deixados nos escritos marxistas. O autor argumenta que, muito embora Marx não tenha construído uma ontologia, os fundamentos para sua

construção estão demonstrados em seus diversos escritos. Em primeiro lugar, porque a práxis humana aparece como central no marxismo, apresentando o trabalho como categoria fundante da existência do ser (LUKÁCS, 2018). O ser social aparece para Marx, então, como indissociável da natureza, com ela estabelecendo constante relação de oposição, para a qual o trabalho é historicamente a forma de mediar esse metabolismo. Esses princípios podem ser bem observados n' *O Capital* (MARX, 2017), mas também em outras obras do autor, como em *A Ideologia Alemã* (MARX; ENGELS, 2007) e nos *Grundrisse* (MARX, 2011).

Lukács (2018) demonstrou como inexistia nas ciências humanas e sociais, sobretudo na filosofia, uma ontologia capaz de se fazer histórica, desprendendo-se ora da abordagem demasiadamente metafísica, ora do tom escorregadio em que o debate ontológico se deslizava facilmente para uma epistemologia. E o autor encontra na práxis marxista o elemento norteador de sua construção, cujo trabalho enquanto categoria ontológica historiciza o por teleológico dos sujeitos e a intensa construção dialética em que ser individual e ser social se constituem duplamente na práxis humana.

É no trabalho e pelo trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações biológicas, sendo assim, não pode haver existência social sem o trabalho, pois o próprio trabalho é uma categoria social. Portanto, Marx irá dizer que a diferença entre o homem e o animal está na capacidade teleológica, que consiste na capacidade do homem objetivar suas ações criativas e transformadoras.

A ontologia do ser social em Lukács (2018) se desdobra em uma leitura inovadora sobre a relação subjetivo-objetivo, iluminando questões até então obscuras no campo filosófico, como o surgimento do ser e de sua capacidade teleológica no curso da história, a formação de uma subjetividade e de uma objetividade face os limites do desenvolvimento das forças produtivas e, adentrando propriamente o campo da ética, quais os limites e possibilidades para a liberdade humana a partir de uma sociedade substancialmente diferente.

Como demonstram Lessa e Tonet (2011), uma perspectiva ontológica a partir do marxismo significa que, sendo o sujeito produto e produtor de sua ação teleologicamente orientada para o agir concreto, a ordem social do capitalismo e os processos de alienação a ele correspondentes não são insuperáveis, ou como alguns filósofos defendem, inerentes a uma determinada condição humana. Os autores demonstram que, pela perspectiva ontológica, existe um desenvolvimento histórico que, nos limites da sociedade e do desenvolvimento das

forças produtivas correspondentes, representam um desenvolvimento da espécie (filogênese) e do indivíduo (ontogênese) com especificidades. Isso quer dizer que as condições objetivas de uma dada sociedade se apresentam aos indivíduos como uma condensação de um todo subjetivo-objetivo historicamente constituído, a partir do qual o campo de ações dos sujeitos se forma, e por elas também se modificam. A prévia-ideação, ou seja, a capacidade teleológica dos sujeitos em determinar sua práxis, está intimamente condicionada pela totalidade do ser social histórico a que pertencem, e sua atividade criadora embora possa alterar elementos importantes dessa totalidade, não se desprendem nunca da causalidade, intencionalidade e possibilidade concreta imposta por essa relação (LESSA; TONET, 2011). De maneira simplificada, indivíduo e sujeito se forjam continuamente no processo de, para usar os termos de Marx (2017), "metabolismo com a natureza". Metabolismo esse que, sempre mediado, na medida em que o desenvolvimento das sociedades avança na história, incorpora qualitativamente cada vez mais os produtos dessa práxis, a exemplo da linguagem, das ferramentas e instrumentos, do conhecimento socialmente acumulado.

Essa breve digressão pela ontologia do ser social, cujo nome central no materialismo histórico-dialético é Lukács (2018), suscita também a contribuição de alguns de seus contemporâneos à época da então União Soviética. Leontiév (2004) demonstra, no campo da psicologia, como para além do idealismo prevalente, uma perspectiva marxista aplicada à onto e filogênese requer entender que, no curso da história, o que se conhece como "forma tipicamente humana de pensamento" é produto do trabalho.

Sendo assim, destaca, as possibilidades de realização e liberdade dos indivíduos em uma sociedade marcada pelo controle e alienação do trabalho, que esvazia da práxis sua dimensão criativa e a aprisiona aos interesses da acumulação capitalista, é historicamente limitada. Essa leitura, coadunando com a abordagem de Lukács (2018) em que indivíduo e sociedade são um todo indissociável, demonstra que, invariavelmente, a discussão a respeito do desenvolvimento omnilateral aparece atrelada à construção de uma ontologia do ser social, desembocando em uma determinada ética.

A alienação do trabalho, aliada ao acúmulo desigual da riqueza socialmente construída pode resultar em um cenário catastrófico em que aos seres humanos é possibilitado o desenvolvimento de maneiras muito desiguais, o que desemboca nas formas históricas de desigualdade que refletem de diversas maneiras essa relação. Leontiév (2004) demonstra

como esse aspecto fundamental do por do indivíduo em determinada sociedade está, necessariamente, interpelado por uma análise ética.

Nesse ponto o desenvolvimento de Barroco (2008; 2009; 2010) é salutar, na medida em que a autora demonstra como, a partir da ontologia do ser social luckásciana, é possível se apreender uma determinada leitura ética. Primeiro porque, argumenta, é com Lukács que a percepção ética vai se livrar de uma abordagem transcendental, e alicerçar-se na história. Nessa perspectiva, a ética deixa de ser um dever de origem idealista-metafísica, passando a ser a instância mediadora no processo de determinação do destino da humanidade. Segundo porque, como está demonstrando em Barroco (2010), a ética passa a ser entendida então como resultante da práxis humana, a ela correspondendo enquanto parte do agir situado de um ser que é social e histórico, livre das abstrações de toda ordem que dominavam o debate ético-filosófico.

A história da ética é, ao mesmo tempo, uma história que acompanha em certa medida o desenvolvimento da filosofia ocidental. Braga Junior e Monteiro (2016) demonstram como, desde o período axial e a formação dos primeiros códigos morais, até à ética contemporânea, essa leitura filosófica influencia práticas sociais importantes, como os problemas colocados pela bioética. Exemplifique-se com a recente pandemia de COVID-19, em que, dados alguns cenários, os médicos precisaram decidir, diante da ausência de equipamentos básicos quem “viveria ou morreria”³, mesmo que na perspectiva da totalidade o período pandêmico tenha significado maior concentração de riqueza⁴, ou seja, que do ponto de vista da produção da riqueza social, poucos sujeitos ainda se apropriavam do que era socialmente produzido enquanto o agravamento da crise sanitária jogou milhares na condição de extrema pobreza, ameaçando sua sobrevivência.

Esse é o ponto central da argumentação de Barroco (2008), a partir de uma apropriação ontológica do ser social: como a ética pode ser compreendida e empreendida enquanto mediação das possibilidades concretas de decisão do futuro dos indivíduos e da sociedade? Nos limites postos pela sociedade burguesa, essa perspectiva de uma ética é capaz de promover uma determinada influência nos processos em curso, podendo rebater em horizontes de transformações sociais pleiteados pelo coletivo (BARROCO, 2010). É nesse ponto que,

³ Como demonstra Renato Souza em reportagem do Correio Brasiliense de 21 de janeiro de 2021.

⁴ Conforme reportagem da Forbes publicada em 07 de dezembro de 2021.

conforme demonstra a autora, o Serviço Social deve se apropriar de uma "ética marxista": na busca pelo agir que, entendendo os limites da sociedade burguesa, tenham para a ordem do dia um novo projeto de sociedade.

Portanto, segundo Barroco (1992) o primeiro desafio diz respeito à compreensão dos fundamentos sócio-históricos da ética, que supõe romper com a visão tradicional e abstrata presente na história da ética profissional. Essa possibilidade está na práxis, na atividade prática consciente que possibilite ao homem constituir-se como um ser social, consciente e livre, lembrando que a liberdade está na gênese da ética. A ética, no entanto, não está isenta das configurações alienantes da vida social burguesa, possibilitando assim o desvelamento das explicações éticas do agir social e o significado dos valores, o que supõe uma prática social consciente voltada para a superação da alienação.

O segundo grande desafio remete-se a possibilidade da viabilização da ética profissional, por isso um projeto profissional que objetiva a realização e ampliação dos direitos sociais e humanos. Nesse sentido, os valores contidos no código de ética profissional são orientadores das opções, escolhas, posicionamentos e julgamentos de valores realizados coletivamente (BARROCO, 1992). Todavia, para que os valores se materializem é preciso que ganhem efetividade na transformação da realidade, na prática social concreta, seja ela na direção de um atendimento realizado, de uma necessidade respondida, de um direito adquirido. Essa objetivação se torna possível por meio de uma ação ético-política articulada ao projeto coletivo, adquirindo maiores possibilidades de respaldo nos momentos de enfrentamento e resistência.

Por isso, é importante entendermos também que, para além da superação metafísica e vocacionada da ética na história do Serviço Social, a discussão a partir da Teoria Social Crítica só faz sentido se entendida a partir do por teleológico dos assistentes sociais enquanto parte da estrutura social que visa à transformação frente a um projeto societário. Assim, para a ordem dos debates urgentes se coloca em primeiro plano a efetivação do Projeto Ético-Político da profissão, cada vez mais complexificado a partir das contradições inerentes ao capitalismo contemporâneo.

Desafios do tempo presente: projeto ético-político, serviço social e capital

Os anos 1980 foram decisivos para gestar um projeto de rompimento com o conservadorismo no Serviço Social, que embora tenha dado forma décadas antes a um movimento de reconceituação, viu na Ditadura Militar os entraves para lograr maiores êxitos (NETTO, 2018). A partir do “Congresso da Virada”, ocorrido em 1979, coadunando com o desmonte da autocracia burguesa do período ditatorial militar e reestruturação dos movimentos sociais, o Serviço Social encontrou as condições concretas para levar a cabo o seu projeto de ruptura com as bases tradicionais (Op. cit.).

Nesse período, destaca Barroco (2010), o Serviço Social reestruturou dialeticamente a relação entre ética e política, aproximando-se de uma leitura da realidade a partir da Teoria Social Crítica que culminaria na construção de um “compromisso político-profissional com as classes trabalhadoras” (p.221). Com o advento da sua “fase de amadurecimento profissional” nos anos 1990, isso coadunaria com a construção de um projeto hegemônico da categoria, que nortearia a formação e intervenção profissional a partir de então (NETTO, 2018).

Desse cenário emergiu um determinado Projeto Ético-Político profissional que, materializado em distintas conquistas, demarca a mudança de perspectiva do Serviço Social brasileiro, assumindo para si um compromisso com a classe trabalhadora (ALVES, 2017). Incluindo nesse movimento a revisão do Código de Ética, que ocorreu em 1993, pela primeira vez invertendo a lógica formalista com que o debate sobre ética historicamente sempre se confrontou, pautando a discussão a partir de uma percepção cotidiana de ética, enquanto mediação da *práxis* humana (BARROCO, 2008). Dessa maneira, foi construído um projeto profissional democrático, tendo como pressupostos fundamentais a liberdade como valor ético central, a democracia, a equidade, a justiça social, o pluralismo e a não-discriminação (BARROCO, 2010).

O Projeto Ético-Político foi uma construção coletiva, fruto de conquistas históricas diversas, cujo *corpus* se materializa nos anos 1990 a partir de uma série de frentes, como a consolidação de um novo Código de Ética (1993), o reconhecimento legal da profissão (1993), a formulação de novas diretrizes curriculares unificadas da ABEPSS (1996), a ampliação dos espaços sócio-ocupacionais a partir dos direitos garantidos pela Constituição de 1988, dentre

outros. Não se pode perder de vista, no entanto, que integrando o movimento do real, e tendo essas conquistas tomado forma de maneira concomitante com o avanço do neoliberalismo no Brasil, não tardaria para que as contradições se apresentassem como desafios ao profissional.

Após a promulgação do código de ética em 1993, a situação social, econômica e política do país passou por profundas transformações, tendo em vista a implantação do projeto neoliberal, operadas pelo capitalismo mundial, no mundo do trabalho e nas instituições burguesas, o que culminou em um cenário perverso em termos de direitos humanos/sociais e, das possibilidades de objetivação ética.

Esse cenário é marcado pela perda dos direitos historicamente conquistados e um processo de desumanização e a mais brutal dessas transformações, segundo Ricardo Antunes (2000), foi a expansão sem precedentes do desemprego estrutural, culminando no aumento da pobreza, da desregulamentação do trabalho e da desproteção social, aprofundamento da exclusão e da exploração, violência, degradação ambiental entre outros.

O Serviço Social vivenciou, na entrada do século XXI, um momento de resistência política. As precárias condições da população usuária que se apresentavam no cotidiano das instituições exigiam respostas que em grande medida os profissionais não dispunham de condições de viabilizar. Além disso, o agravamento da “questão social” também rebate em sua vida de trabalhador assalariado, gerando um refluxo sobre a classe trabalhadora que, em grande medida, também afeta e precariza a vida dos assistentes sociais.

Portanto, sob o ponto de vista da ética profissional, esse contexto causa ações de resistência, tendo em vista a negação de projetos emancipatórios, a presença de uma cultura antidemocrática com articulação de movimentos neoconservadores e o fortalecimento de atitudes discriminatórias. Frente a isso, para que as normas não se tornem meras obrigações formais, elas devem: se revelar aos profissionais como espaço de reconhecimento de si e dos outros; vigiar o espaço cotidiano no que se refere ao confronto entre situações de conflitos e ao posicionamento de valor; e manter a legitimidade da profissão, evitar ações pessoais e garantir as ações profissionais de responsabilidade coletiva e pública de responsabilidades da categoria em sua relação com a sociedade e com os usuários dos serviços que realiza.

Um projeto construído a partir das demandas e interesses das classes trabalhadoras, não pode lograr êxito também distante dos movimentos sociais e formas organizativas plasmadas por esses sujeitos (FERRAREZ; BARCELOS, 2016). Os autores reforçam ainda que o Projeto Ético-Político tomou forma em um momento cuja tentativa de superar o tripé caso-grupo-comunidade criou uma nova fragmentação no Serviço Social representada pelo tripé método-história-teoria social. Isso resulta em que, muitas vezes, o Projeto se limite ao campo discursivo, não chegando a ser posto à luz das contradições latentes dos espaços sócio-ocupacionais, das políticas sociais em que estão inseridos os assistentes sociais e das novas expressões da Questão Social.

A pós-modernidade, principalmente no seu aparato teórico-metodológico que adentra as ciências humanas e sociais, eleva-se enquanto outra ameaça de larga ordem. Isso porque, conforme argumenta Barroco (2010), as teorias pós-modernas emergem em um contexto de fragmentação generalizada que escanteia as teorias macrossocietárias, apropriando-se do fracasso socialista do Leste Europeu para legislar contra projetos societários que rompam com a ordem capitalista. Esse redirecionamento, defende a autora, implica em reposicionamento epistemológico, mas também ontológico: se não é possível conhecer a verdade, não se busca entender a concepção do ser para além do aqui e agora, do efêmero e das necessidades políticas mais imediatas. Nesse cenário, argumenta, há um esvaziamento de qualquer proposta ético-política possível para além do reformismo.

O avanço da pós-modernidade causa esse esvaziamento das leituras de uma sociabilidade histórica, entendida a partir da ordem capitalista (NETTO, 2008). Assim, abre um vasto campo de teorias sobre a sociedade que se escoram na irreversibilidade do modo de produção capitalista, conforme demonstram Lessa e Tonet (2011), que acabam por alimentar o ideário neoliberal de acumulação desenfreada. Isso significa que, não existindo um horizonte de mudanças possíveis, a ética se desloca de lugar nessa leitura recortada da realidade social. Abre-se espaço, portanto, para projetos ético-políticos que retomam elementos metafísicos, quando não um contratualismo empobrecido que serve de reforço a toda sorte de material liberal. Barroco (2008; 2009; 2010) faz muitas considerações a respeito desses desafios: se de um lado tem-se a conquista histórica de, no Serviço Social, romper-se com a ética de um ponto de vista utilitarista, como garantir que a alienação e fetichização típicos do capitalismo

não imobilizem os profissionais entre os limites da sociedade burguesa e as mudanças possíveis no presente?

Sem um projeto societário, prevalece sempre um reformismo cujo endosso caminha no sentido do capital. Ferrarez e Barcelos (2016) argumentam que a combinação perigosa de ecletismo teórico-metodológico com resquícios de espaços sócio-ocupacionais do passado, muitas vezes, leva a perder de vista que não é possível a plena emancipação humana na sociedade burguesa, o que requer, necessariamente, sempre o plano de fundo de um projeto de transformação da sociedade. O fazer ético-político, lembra Barroco (2010), não pode perder de vista a relação do indivíduo com a sociedade e os limites históricos que a sociabilidade coloca à *práxis* transformadora.

A precarização do trabalho promovida pelo neoliberalismo, que também afeta os assistentes sociais, em sua maioria pertencentes à classe trabalhadora, intensifica o processo de alienação e de redução da capacidade do trabalho se converter, na sociedade burguesa atual, nessa *práxis* libertadora. Além disso, as transformações societárias têm colocado o Estado em um processo de reestruturação tal qual os espaços sócio-ocupacionais antes largamente ocupados pelos assistentes sociais passam a sofrer sucessivas fragmentações (IAMAMOTO, 2014). Essa ofensiva neoliberal, como destaca Yazbek (2009), se reflete em um processo de refilantropização das políticas sociais, em um esvaziamento da Teoria Social Crítica e, por consequência, abre espaços para um neoconservadorismo, cuja sombra espreita o Serviço Social.

Nesse sentido, o Projeto Ético-Político encontra mais desafios em se tornar um norte para os profissionais: esvaziado metodologicamente pelo ecletismo pós-moderno, diluído no cotidiano alienado em que prevalece um agir utilitarista e pragmático, fragmentado pela perda gradual de leitura das expressões da Questão Social a partir de uma teoria social crítica. Diante desse cenário, cria-se um contexto em que o Código de Ética pode se converter em simples documento burocrático-corporativista, e o Projeto Ético-Político pode se esvaziar de sentido até se tornar puro elemento discursivo, cuja relação com a prática profissional seja, quando muito, tangencial.

E o esvaziamento do Projeto Ético-Político, vale destacar, resulta em perdas bem mais substanciais do que puro preciosismo da ortodoxia metodológica. Seu abandono e enfraquecimento pressupõe abrir as portas para o conservadorismo profissional, em que o

tecnicismo e julgamento moralista eram não só comuns, como dominantes. Por isso a ética enquanto categoria mediadora não deve ser reduzida ao seu aspecto protecionista da profissão, mas ser constantemente acessada enquanto mediação para a construção de um novo projeto de sociedade.

Considerações Finais

A ética deve romper os limites da discussão filosófica e se transformar em instrumental mediador do por teleológico profissional. Isso requer enfrentar os desafios de toda ordem que a própria noção de ética invoca, visto que termo frequentemente atrelado às premissas morais que remetem ao amor, à entrega e à justiça - quase sempre interpeladas por uma abordagem filantrópica, cristã e metafísica. Nesse ponto, tem-se o desafio de se livrar da ética como ciência pura da moral, cujos alicerces promovem um retorno ao agir vocacionado.

Por outro lado, com o adensamento das relações capitalistas na contemporaneidade que resultam em novas disposições da divisão sócio técnica do trabalho, a ética passa a aparecer também no sentido protecionista. Portanto, diversas áreas do saber e campos profissionais promovem um debate "ético" que tem a finalidade de mediar as relações entre duas partes, equilibrar processos de tomada de decisão e analisar sistemicamente os fins e os meios da ação. A maior parte dos códigos de éticas profissionais e dos debates nichados sobre o tema emergem nesse contexto e, por isso, muitas vezes sucumbem ao utilitarismo.

No Serviço Social, com as contribuições da Teoria Social Crítica, a ética teve a oportunidade de se tornar instrumental de reposicionamento da categoria na efetivação de um determinado projeto societário. Assim, as discussões passaram a contemplar a ética como parte das dimensões que formam a instrumentalidade profissional, caminhando para a efetivação de um determinado Projeto Ético-Político. Por isso mesmo, perder de vista essa mudança histórica do significado da ética para o devir profissional, é colocar em risco o objetivo final de melhoras as condições de vida da classe trabalhadora, de defender a diversidade, a democracia, a justiça social.

O assistente social, portanto, não pode perder de vista que a ética tende a, no cotidiano de suas atribuições, deslizar-se constantemente entre a abordagem moralista-

metafísica e o utilitarismo-corporativista. Esse deslizamento afasta o por teleológico do profissional de uma ética que é instrumental da ação, capaz de garantir para a ordem do dia um projeto societário que resista mesmo frente às contradições cada vez mais complexas e imbricadas do avanço do capital. Proceder com uma análise sempre criteriosa dos fundamentos da ética na formação e atuação profissional é, portanto, colocar sempre à luz as possibilidades concretas de efetivação do Projeto Ético-Político da categoria, cada dia mais desafiador.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. O. **Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social: das origens aos dias atuais**. Curitiba, PR: Intersaberes, 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**, 7ª ed. São Paulo: Cortez, Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

BARROCO, M. L. **Fundamentos éticos do Serviço Social**. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

BARROCO, M. L. S. **Ética – fundamentos sócio-históricos**. 3. ed. São Paulo – SP: Cortez Editora, 2010. 8v.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social – Fundamentos ontológicos**. 5. ed. São Paulo – SP: Cortez Editora, 2008.

BARROCO, M.L.S. "bases para uma reflexão sobre ética e Serviço Social" In Revista Serviço Social & Sociedade nº 39, São Paulo: Cortez, 1992.

BRAGA JUNIOR, A. D.; MONTEIRO, I. L. **Fundamentos da ética**. Curitiba, PR: Intersaberes, 2016.
 FERRAREZ, C. S.; BARCELLOS, W. S. Serviço Social contemporâneo e as lutas sociais: análise dos limites e objetivações do Projeto Ético-Político. **Revista Ser Social**, v. 18, n. 38, p. 115-132, 2016.

FORBES. **Pandemia aumenta fatia que super-ricos detêm na riqueza global, mostra estudo**. **Forbes Money**, 2021. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbes-money/2021/12/pandemia-aumenta-fatia-que-super-ricos-detem-na-riqueza-global-mostra-estudo/>>. Acesso em: 24 dez. 2021.

LEONTIÉV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política – Livro I: o processo de produção do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Serviço Social – uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

NETTO, J. P. Prefácio. *In*: **Ética e Serviço Social – Fundamentos ontológicos**. 8. ed. São Paulo – SP: Cortez Editora, 2008, p. 9-13.

SCHWARTZMAN, S. Educação superior e trabalho no Brasil – contexto socioeconômico. *In*: **Educação e Trabalho**. Rio de Janeiro: Instituto Euvaldo Loli, 1982.

SOUZA, R. Crise em Manaus: médicos são obrigados a decidir quem vive e quem morre. **Correio Braziliense**, 2021.

TERTULIAN, N. Uma apresentação à Ontologia do ser social em Lukács. **Crítica Marxista**, n. 2, p. 54-69, 1995.